

Biodiesel em correntes cruzadas

Paulo Carmona, Secretário Geral da APPB

O biodiesel nasce primariamente do aproveitamento do óleo de soja que sobra do esmagamento do grão de soja para produção de farinha para rações. Esta farinha é o alimento proteico essencial na alimentação animal e, por consequência, a base do leite, ovos e carne que comemos. Hoje em Portugal o óleo de soja, sem interesse alimentar, é a matéria-prima principal do biodiesel, correspondendo a 50% do seu consumo em Portugal.



Entretanto a Europa entrou na onda das energias renováveis e, embora mal-amado, o biodiesel entrou na plataforma de ataque aos gases com efeito de estufa: foi criada uma especificação técnica (EN 14214) que, ao contrário do que sucede em outros países, como os EUA ou o Brasil, não permite a utilização de biodiesel de soja puro. Por coincidência, essa norma protege o biodiesel de colza, planta que só se dá no norte e nordeste da Europa, e que, esse sim, pode entrar puro no mercado. Por isso, Portugal e os países do sul, que têm bastante óleo de soja nas suas fábricas de extração, são obrigados a importar colza ou palma para que o *blend* final seja aceite.

Depois vieram as questões de sustentabilidade, e o mito de que o biodiesel competia por campos férteis e desflorestava o planeta: no caso da soja não há nada de mais errado, dado que o valor da farinha que se extrai da semente é muito superior ao valor do óleo 60/40. Enquanto isso acontecer, o agricultor plantará sempre a soja para que haja produção de farinha. Basta as populações dos países emergentes passarem a sua dieta de arroz para frango, para que aumente a pressão sobre a soja, fonte proteica das rações para a alimentação animal. O mesmo se poderá dizer da palma: apenas 8% é para biodiesel, o restante é para fritar e produzir sabonetes e margarina.

A colza, produzida em países europeus e perto das fábricas do centro da Europa, já é qualificada como sustentável; mas a soja, produzida fora da Europa e mais barata, tem dificuldade em se qualificar como sustentável, exigindo uma quantidade enorme de auditorias, ao contrário das sementes geneticamente modificadas para as quais basta uma declaração do país de origem, tal como previsto no [Protocolo de Cartagena](#). Porque não fazer o mesmo para o biodiesel? Sendo válido para a saúde porque complicar com o biodiesel?

Presentemente discute-se o ILUC, Indirect Land Use Change, penalizando, mais uma vez, o biodiesel a partir de soja - embora este, como vimos, pouco contribua para esse problema de sustentabilidade. Neste contexto, a UE fala em baixar o objectivo e tecto de biodiesel a partir de óleos vegetais de 10% para 5, ou 6 ou 7 ou 8% em 2020: mas não existe base científica para qualquer um desses números, pelo que se trataria de uma alteração bastante arbitrária. Recordemos que a Directiva saiu apenas em 2009 e a alteração prematura dos seus *targets* poderá afectar o emprego de muitos milhares de pessoas na Europa. A indústria nacional do biodiesel e o European Biodiesel Board (associação europeia do sector) seguem este assunto atentamente.

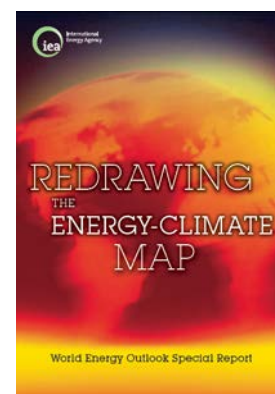
“Redrawing the Energy-Climate Map” - AIE propõe cenário “4-for-2 °C”

O mundo está fora da trajectória acordada pelos governos para limitar a 2 °C no longo prazo a subida média global da temperatura: em Maio deste ano, a concentração de CO₂ na atmosfera excedeu 400ppm pela primeira vez em centenas de milhares de anos, refere o relatório da AIE [“Redrawing the Energy-Climate Map”](#) publicado em Junho.

A AIE considera que, assim, o acréscimo de temperatura irá situar-se, mais provavelmente, entre 3,6 e 5,3°C, em comparação com os níveis pre-industrialização.

Neste Relatório a AIE apresenta, como acção de recurso para ainda manter viável o objectivo dos 2°C, o cenário **“4-for-2 °C”**, - um conjunto de quatro medidas que usam tecnologias existentes e provadas e que não trarão prejuízo para a economia:

- Adotar medidas de eficiência energética específicas (que produziram 49% da poupança)
- Limitar a construção e utilização de centrais a carvão menos eficientes (21%)
- Minimizar as emissões de metano na produção de petróleo e gás natural (18%)
- Acelerar a eliminação (parcial) de subsídios ao consumo de combustíveis fósseis (12%).



Conclusões do CONSELHO EUROPEU relativas à Energia: em foco o mercado, o investimento, o financiamento

O [Conselho Europeu de 22 de Maio de 2013](#) deu particular atenção à política energética, tendo presente a necessidade de assegurar a competitividade da economia e a protecção dos consumidores. Realçam-se, de seguida, algumas das suas conclusões, que abrangem as vertentes do mercado interno, dos mecanismos de investimento, da segurança do aprovisionamento e da eficiência energética.

Tendo em vista concluir a construção do mercado interno da energia até 2014, os Estados-Membros deverão, nomeadamente, proceder à implementação da directiva das renováveis e do regulamento relativo à segurança do aprovisionamento do gás, bem como à planificação da instalação de contadores inteligentes. Reconhecendo o isolamento energético de algumas regiões da Europa, que impede que o mercado tenha plenas condições de funcionamento, pretende-se, até 2015, desenvolver as interligações das redes europeias de gás e electricidade, matéria que interessa, sobremaneira, ao espaço ibérico: no quarto trimestre será adoptada a lista de projectos de interesse comum com vista a alcançar a meta de interligação de, pelo menos, 10% da capacidade instalada de produção de electricidade. É também visada a distribuição de combustíveis, através da aprovação da [directiva das infra-estruturas](#) para os combustíveis alternativos para veículos rodoviários e embarcações, já proposta pela Comissão.

O financiamento dos investimentos, que deverão assegurar a capacidade de geração necessária, deverá providir, em primeiro lugar, do sector privado, o que pressupõe equidade e estabilidade das regras de mercado, funcionamento do comércio de carbono e previsibilidade do quadro das políticas de clima e energia para o período pós-2020. Irão receber atenção medidas relativas a mecanismos de financiamento, incluindo fundos estruturais, obrigações para financiamento de projectos e apoio do BEI, que abrangerão também a I&D. Será revista a regulamentação das ajudas do Estado, e estabelecidas orientações relativamente a mecanismos de apoio às renováveis que assegurem a sua eficácia em termos de custo, uma maior integração no mercado e a estabilidade das redes.

Melhorar a segurança do aprovisionamento implica diminuir a dependência das importações mediante o desenvolvimento das renováveis e de outras fontes endógenas, em terra e no mar, e incentivar a eficiência energética, sendo fundamental a implementação das directivas relativas à eficiência energética e ao desempenho energético dos edifícios. Serão revistas, antes do final de 2014, as directivas relativas à concepção ecológica e rotulagem energética.

Será também revista a política energética externa da UE, incluindo a necessidade de assegurar condições de concorrência equitativas face aos produtores de energia de países terceiros e de segurança nuclear nos países vizinhos e analisada a ligação contratual entre os preços do gás e do petróleo.

Finalmente, e com a preocupação de reduzir os impactos económicos e sociais do custo da energia, o Conselho regista, que a Comissão tenciona, ainda em 2013, apresentar uma análise da estrutura dos preços e dos custos da energia nos Estados-Membros, bem como dos factores que os determinam, com especial incidência no impacto que têm nas famílias, nas PME e nas indústrias com utilização intensiva de energia, e analisando, de um modo mais geral, a competitividade da UE na economia mundial. Estas questões ficaram já agendadas para debate no Conselho Europeu de Fevereiro de 2014 sobre competitividade e política industrial.

Reflexões sobre energia, ambiente e equilíbrios financeiros:

Uma análise do Eng. Leite Garcia

O nosso associado Eng Leite Garcia publicou recentemente uma reflexão sobre alguns temas da energia, com particular incidência no sector da electricidade. É uma análise plurifacetada, em que a preocupação social está bem presente, tendo como referencial a objectividade e transparência das políticas. O [estudo](#) está disponível em versão electrónica no site do "Forum Abel Varzim, Desenvolvimento e Solidariedade". »

Debate ao fim-da-tarde com o Eng. Pedro Cabral

Despertou grande interesse e reuniu numerosa assistência a última edição dos "Debates ao fim-da-tarde", em que o Director-Geral de Energia e Geologia [apresentou](#) a recente revisão do PNAEE e PNAER. A articulação entre os dois documentos, o realismo nas metas e medidas e a efectiva monitorização da sua implementação destacam-se como directrizes desta revisão, que mantem, e em alguns casos ultrapassa, o cumprimento dos objectivos fixados para a eficiência energética e para as renováveis.



A sessão foi acolhida pela Galp Energia, que amavelmente disponibilizou o auditório da sua sede.

Segurança de centrais nucleares: reforço das regras

Os testes de resistência (“stress tests”) - avaliações de risco e segurança realizados na UE após o acidente de Fukushima - revelaram um bom nível geral de segurança dos reactores europeus, mas identificaram alguns aspectos que devem ser melhorados. A Comissão Europeia vem, assim, apresentar uma proposta de Directiva que modifica a Directiva 2009/ 71/ EURATOM, relativa à segurança das centrais nucleares.

O que irá mudar ?

A proposta de directiva revê o enquadramento da UE em matéria de segurança nuclear no sentido de implementar padrões de segurança nuclear que reflectam as práticas mais avançadas, os ensinamentos retirados dos testes de resistência e as conclusões da investigação das causas do acidente de Fukushima.

Serão introduzidos novos objectivos de segurança aplicáveis em todas as fases do ciclo de vida das instalações nucleares (escolha do local, projecto, construção, colocação em serviço, exploração, desmantelamento) e será ainda introduzido um sistema de avaliação da segurança de instalações nucleares com periodicidade máxima de seis anos (“*peer reviews*” focadas em temas previamente seleccionados). Os procedimentos e meios para informação imediata e regular da população, principalmente em caso de acidente, devem ser previstas, e será dada a possibilidade aos cidadãos de participar no processo de licenciamento de instalações nucleares. A principal responsabilidade pela segurança de uma instalação nuclear continuará a incumbir ao titular da licença, mas as autoridades reguladoras desempenharão um papel mais importante e disporão de mais autonomia, pessoal e recursos.

Centrais nucleares na UE				
	Centrais	Reactores em operação	Reactores em construção	Reactores Planeadas
Alemanha	12	9*		
Bélgica	2	7		
Bulgária	1	2		1
Republica Checa	2	6		2
Eslovénia	1	1		
Eslováquia	2	4	2	
Espanha	6	8		
Finlândia	2	4	1	2
França	19	58	1	1
Holanda:	1	1		1
Hungria	1	4		
Lituânia	[1]			1
Polónia				2 ou 3
Reino Unido	10	16		4
Roménia	1	2		2
Suécia	3	10		
Totais	63	132	4	15-16

* [8 suspensos após Fukushima]

Fonte: UE MEMO/ 13/ 539

BP Statistical Review of World Energy

A nossa associada BP Portugal apresentou a nova edição desta sua prestigiada publicação, iniciada há 63 anos, numa sessão realizada a 27 de Junho, em que a APE esteve representada pelo Secretário Executivo.

Francisco Vieira, Presidente da BP Portugal, apresentou o orador convidado, Paul Appleby, responsável pelo departamento de economia da energia da BP Internacional, que referiu os principais aspectos da publicação, nomeadamente a evolução verificada em 2012, sintetizada no seguinte extracto:

«O consumo mundial de energia primária cresceu 1,8% em 2012, bem abaixo da média decenal de 2,6%. O consumo nos países da OCDE caiu 1,2%, influenciado pela redução de 2,8% nos EUA (a maior redução em termos volumétricos). Nos países fora da OCDE o consumo cresceu 4,2%, abaixo da média decenal de 5,3%. O crescimento do consumo global foi inferior à média para cada um dos combustíveis fósseis, bem como para a energia nuclear; regionalmente o crescimento foi abaixo da média, com a excepção de África. O petróleo mantém-se como o principal combustível a nível mundial, com 33,1% do consumo global de energia, mas continuou a perder quota de mercado pelo 13º ano consecutivo, e a sua quota de mercado é a mais baixa de sempre nos nossos registos, que se iniciam em 1965».

